



Capital Social, um instrumento de Sustentabilidade Comunitária na Associação Agrícola "1º de Maio" de Bembe (Moçambique)

Teófelso Etelvino do Amaral^{1*}

¹Mestre em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades, Universidade Save, Massinga. (teofeloamaral@gmail.com).
Atualmente, Docente na Universidade Save – Maxixe.

Histórico do Artigo: Submetido em: 03/01/2024 – Revisado em: 23/03/2024 – Aceito em: 19/04/2024

RESUMO

O crescimento dos problemas sociais tais como: o desemprego, a falta de habitação, a fome, a exclusão, a precariedade e individualismo instigam em grande medida a busca por diferentes formas de ultrapassá-los, sendo o associativismo agrícola uma delas para a Comunidade de Bembe e não só, o associativismo agrícola apresenta-se como um relevante contributo para a compreensão da dinâmica da vida social, tendo em conta que a maioria dos agregados familiares possui recursos limitados, sendo o modelo associativo um importante catalisador que permite a busca de soluções para os problemas do dia-a-dia. Para caracterizar o capital social na gestão democrática, laços de confiança interpessoal e redes de cooperação coletivas na perspectiva de sustentabilidade comunitária da Associação 1º de Maio de Bembe, como técnicas de recolha de dados foram aplicadas as entrevistas semi-estruturadas e observação sistemática e a partir metodologia de Bola de Neve conseguiu-se uma amostra constituída por 10 sujeitos sociais (associados) maiores de 18 anos de idade, que se encontram filiados a mais de 3 anos na Associação 1º de Maio, com e sem cargos de chefia na Associação e a Técnica do Serviço Distrital de Actividades Económicas (Extensionista) da Maxixe. Na Associação 1º de Maio, o capital social caracteriza-se pela existência da solidariedade, a partir da troca de experiências, relações sociais de proximidade, afinidade, e familiaridade alicerçadas nos pressupostos de interdependência e da ajuda mútua. A confiança desenvolvida entre os membros da Associação permite-lhes obter vantagens sendo elas simbólicas, sociais e económicas. O espírito de interajuda no desenvolvimento das relações sociais e na vida dos membros do grupo, se consolida na oportunidade que os membros têm de partilhar diferentes problemas sociais que os afetam e fortalece os laços de amizade e solidariedade. Os encontros de poupança e crédito permitem desenvolver relações sociais de inter-ajuda que possibilitam a emergência e fortificação de laços de afinidade e solidariedade entre os membros.

Palavras-chave: Capital Social, Sustentabilidade Comunitária e Associação 1º de Maio de Bembe.

Social capital, an instrument of community sustainability in agricultural association "1º de Maio" of Bembe (Mozambique)

ABSTRACT

The social problems growth such as: unemployment, lack of housing, hunger, exclusion, precarious and individualism instigate more the search of different form to overcome them, sine agricultural association one for Bembe community and it is relevant for understanding of the dynamic of social life, not only, since many families have their sources limitation, the associative model is an important activator which brings salutations for daily problem. To characterize the social capital to democratic management, personal trust and collective cooperation in perspective of community sustainability of "1º de Maio" of Bembe association, as techniques of data collection, were applied interviews structured and systematic observation and through snowball methodology, was succeeded a sample of 10 persons (associated) elder of 18, they make part more than 3 years in the "1º de Maio" of Bembe association, with or without leadership position, and the Technic of District Economic Activities of Maxixe, in that association, the social capital is characterized by solidarity, through the sharing of experiences, social relation of proximity, affinity, and familiarity with much interdependence and mutual help. The trust developed between the group members, it consolidated in the opportunity that they have to share different social problems that affect them and fortify their friendship and solidarity. The credit saving meetings allow them to develop the social relation of mutual help with join them much more.

Keyword: Social Capital, Community Sustainability and Association "1º de Maio" de Bembe.

Amaral, T.E. (2024). Capital Social, um instrumento de Sustentabilidade Comunitária na Associação Agrícola "1º de Maio" de Bembe (Moçambique). *Meio Ambiente (Brasil)*, v.6, n.1, p.17-30.



1. Introdução

Já desde os primórdios, o Associativismo tem feito parte da vida dos seres humanos, embora não fosse abordado como é abordado hoje, com mais detalhes e clareza, numa perspectiva mais profunda, tendo em conta a sua essência, as suas características. Razão pela qual a Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 52, preconiza a liberdade de associação dos cidadãos.

E no contexto atual, o associativismo agrícola constitui uma forma estratégica de promoção do desenvolvimento sustentável. O associativismo constitui uma forma de organização social que visa responder pontualmente às necessidades primárias, como são os casos de combate a fome/a nudez, desnutrição e acima de tudo, contribui para alavancar a economia e cimentar os laços de amizade e de irmandade na Comunidade de Bembe. No outro âmbito, analisar o associativismo agrícola na perspectiva de sustentabilidade comunitária é um meio de compreender as dinâmicas organizativas da Comunidade de Bembe, as sinergias institucionais em presença, a nível local, bem como a forma como os atores locais se estruturam e organizam-se para enfrentar os desafios complexos que o processo do desenvolvimento acarreta (Libombo et al, 2017).

Na Comunidade de Bembe, cidade da Maxixe, que faz limite com o Distrito de Homóine, através do rio Inhanombe existem agricultores organizados em Associação, denominada 1º de Maio, composta por 19 sujeitos sociais e que se dedicam à prática da agricultura e crédito de poupança.

Para caracterizar o capital social para a gestão democrática, laços de confiança interpessoal e redes de cooperação colectivas na perspectiva de sustentabilidade comunitária da Associação agrícola "1º de Maio" de Bembe, foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas e observação sistemática como técnica de recolha de dados e a partir metodologia de Bola de Neve conseguiu-se uma amostra constituída por 10 sujeitos sociais (associados) maiores de 18 anos de idade, que se encontram filiados a mais de 3 anos na Associação 1º de Maio, com e sem cargos de chefia na Associação e a Técnica do Serviço Distrital de Actividades Económicas (Extensionista) da Maxixe.

Estruturalmente, o artigo para além da introdução apresenta material e métodos; características físicas geográficas da área de estudo; revisão bibliográfica, resultados e discussão, considerações finais, bem como as referências bibliográficas.

2. Revisão de Literatura

2.1. Noção de Associativismo

Uma associação agrícola é antes uma associação, um grupo social, que apresenta relativamente as demais associações as seguintes características: os seus membros são profissionais da agricultura; o seu objetivo situa-se no âmbito geral das actividades agrícolas e/ou de representação, defesa e promoção dos interesses sócio agrários, produção, transporte, transformação e comercialização dos produtos agrários.

Desde tempos remotos, os seres humanos têm vivido em sociedade, sendo impossível a um ser humano viver de forma isolada, pois precisa sempre de outro ou outros seres humanos. O associativismo não foge a esta regra, pois esta é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para os seus associados através de ações coletivas. O Associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida nas comunidades. Todo o património de uma associação é constituído pelos associados ou membros, nesse sentido as associações não possuem fins lucrativos (Chivambo, 2020).

Por sua vez, Sitori (2013), afirma que o associativismo cria um tecido flexível mediante o qual se enlaçam distintos atores, produzindo um todo harmónico que culmina com estabelecimento de uma comunidade de interesses, em uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, inter-relações e cooperação, reforçando a identidade do associativismo e a dimensão humana.

Segundo Chivambo (2020) uma associação ou organização, em sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados e associadas. Formalmente, qualquer que seja o tipo de associação, pode-se dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns.

A sua constituição e promoção permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos.

2.2. Contexto histórico e social do surgimento do associativismo em Moçambique

Em Moçambique, assim como em outros países da África, as organizações civis datam de antes da independência (1975) e foram desenvolvendo-se em contextos diversos. No período colonial, ou seja, até 1975, essas organizações tinham a missão de fortalecer o Estado na dominação do povo moçambicano. Após a independência, sob a denominação de República Popular de Moçambique, a administração do país foi marcada pela necessidade de reforçar a unidade nacional, o que se fez com o domínio de um partido único; a estrutura sociopolítica e administrativa obedecia ao chamado centralismo democrático. O Estado era impulsionador do interesse público, dentro de uma política socialista que durou até 1992, quando foi introduzido o multipartidarismo. Essa data marca o início do período democrático, em que se verifica o surgimento das associações comunitárias independentes dos sistemas políticos (Rocha, Zavale, 2005).

Após a independência, a administração do país foi marcada pela necessidade de reforçar a unidade nacional, o que se fez com o domínio de um partido único; a estrutura sociopolítica e administrativa obedecia ao chamado centralismo democrático. No período em alusão, o Estado experimentou a política de socialização do campo, na qual grandes propriedades de produção eram geridas pelo Estado, destruindo a estrutura tradicional e colonial de produção em pequenas escalas dos agricultores (Libombo, S. E. et al. 2017).

Em Moçambique, os traços e as tendências dos movimentos associativistas estão presentes em diferentes segmentos da sociedade moçambicana. No sector agrícola, por exemplo, o trabalho rotativo - coletivo nas machambas, sobretudo no período de colheita e/ou de lavoura atestam que esta prática é perene nessa sociedade. Todavia, com o crescimento dos problemas sociais tais como: o desemprego, a falta de habitação e a fome; o agravamento das diferenças sociais no universo do desemprego, exclusão, precariedade e individualismo, essas questões instigam, em grande medida, a busca por diferentes formas de sobrevivência, sendo o associativismo agrícola uma delas, como garantia de direitos sociais fundamentais e de extrema relevância no mundo moderno (Nanthapa. & Bata, 2020)

O Estado era impulsionador do interesse público, dentro de uma política socialista que durou até 1992, quando foi introduzido o multipartidarismo. Essa data marcou o início do período democrático, em que se verificou o surgimento das associações comunitárias independentes dos sistemas políticos (Rocha & Zavale, 2005). Entretanto, o governo decidiu que o desenvolvimento agrícola deveria ter como base as cooperativas agrícolas, nas quais ele deveria assegurar o fornecimento de sementes e de outros insumos, ao mesmo tempo em que compraria essa produção, sobretudo as culturas de rendimento, como a castanha de caju, o sisal, o algodão, entre outras.

No tempo colonial, as associações, principalmente dos agricultores foram criadas com maior intervenção do Estado para satisfazer a sua base social, e tinham o apoio para concretização do controle pelos régulos (autoridade tradicional que, regra geral, exerce controle político de uma localidade), que desempenhavam papel importante na criação e desenvolvimento da associação (Libombo, S. E. et al. 2017).

A sua estrutura era formada pelos régulos, que tinham objetivos de fortalecer a sua crença perante os agricultores, na qual a comunidade enxergava o régulo como indivíduo supremo para interpretar todos os fenómenos da natureza, nomeadamente: chuva, seca, ano de produção, o futuro da colheita e outros.

No período pós-Independência, as associações eram consideradas como uma forma de produção transitória dentro do modelo socialista, pois segundo a concepção ortodoxa e radical dominante, só as empresas estatais constituíam a propriedade de todo o povo e por isso a forma superior de produção.

De facto, uma das medidas em face dessa situação foi a adesão em 1983 às instituições de *Bretton Woods*, designadamente: Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesta etapa e, por orientação dessas instituições, o governo introduziu o Programa de Reabilitação Económica (PRE), cujo objetivo era a liberalização económica e o estabelecimento da economia de mercado (Sitoi, 2013).

O Preâmbulo da Lei Nº 8/91, de 18 de Julho, ou, simplesmente, a Lei que regula o Associativismo em Moçambique estatui, de forma inequívoca, que o associativismo é livre e é uma garantia básica da realização pessoal, conforme o preconizado no nº 1 do artigo 76 da Constituição da República de Moçambique (Chivambo, 2020).

É importante assinalar que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento cuja problemática está em captar as contradições, organizar as pessoas e colocá-las, harmoniosamente, em torno de interesses comuns dando atendimento às necessidades coletivas e individuais. Assim, entende-se que o associativismo em Moçambique vem prosseguindo com roturas que acompanham o processo de construção/formação social, territorial e político do país.

2.3. Capital social

De acordo com o Banco Mundial (2003), o capital social pode ser classificado de diferentes maneiras. Uma dessas óticas contém as ideias dos sociólogos Ronald Burt, Nan Lin e Alejandro Portes e faz referências aos recursos que as pessoas procuram em virtude de suas relações com outras pessoas, tais como informações, ideias e apoios. Esses recursos pertencem a esse tipo de capital quando são acessíveis por meio dessas relações, indo contra o capital físico e humano, propriedades essas dos indivíduos.

Na década de 80, Pierre Bourdieu definiu capital social como conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (Bourdieu, 2002).

A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que os seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e o seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor.

Os sociólogos Pierre Bourdieu e James Coleman, na década de 80, elevaram o *status* de capital social a um tópico específico de estudo tentando entender como indivíduos inseridos numa rede (*network*) de relações sociais podem beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para outros agentes. “O capital social refere-se a aspectos de organização social, tais como redes, normas e confiança que facilita a cooperação e coordenação para benefícios mútuos. Assim sendo, os principais atributos do capital social são: confiança mútua, reciprocidade, senso de futuro compartilhado e trabalho conjunto” (Putnam, 2003).

Coleman (2000) define o capital social pelos efeitos relacionais presentes na estrutura social que beneficiam indivíduos concretos, e não pelas causas desses efeitos. As causas podem ser diversas para um mesmo efeito, conformando várias formas de capital como a confiança, a informação útil (que permite poupar tempo para chegar à fonte), benefícios relacionais que as organizações produzem para seus membros como consequência de suas atividades (oportunidades de trabalho), normas e sanções, obrigações, expectativas e relações de autoridade. Coleman foi criticado pelo conservadorismo em sua ênfase no papel tradicional da estrutura familiar e da religião na criação de capital social.

Para que o capital social exista em uma sociedade é necessário que as pessoas subordinem os seus interesses individuais aos interesses coletivos, trabalhem em conjunto, buscando objetivos compartilhados e

benefícios estendidos a toda comunidade, e sejam capazes de constituir associações, cooperativas, grupos e redes, que partilham valores e normas. Na mesma perspectiva Bourdieu (2001) distingue elementos simbólicos que permitem os indivíduos o estabelecimento de relações sociais, recíprocas de reconhecimento mútuo. A participação dos indivíduos permite-lhes obter benefícios materiais e simbólicos que se fazem presentes entre os indivíduos do grupo.

Paralelamente, o capital social comporta um conjunto de valores informais ou normas partilhadas pelos membros e que permite a cooperação entre essas pessoas (Fukuyama, 2001, p. 36). A perspectiva do capital social possui elementos tais como confiança, reciprocidade entre outras que nos permitirão operacionalizar na prática, bem como compreender e explicar o envolvimento, identificação e a pertença dos indivíduos face à associação agrícola.

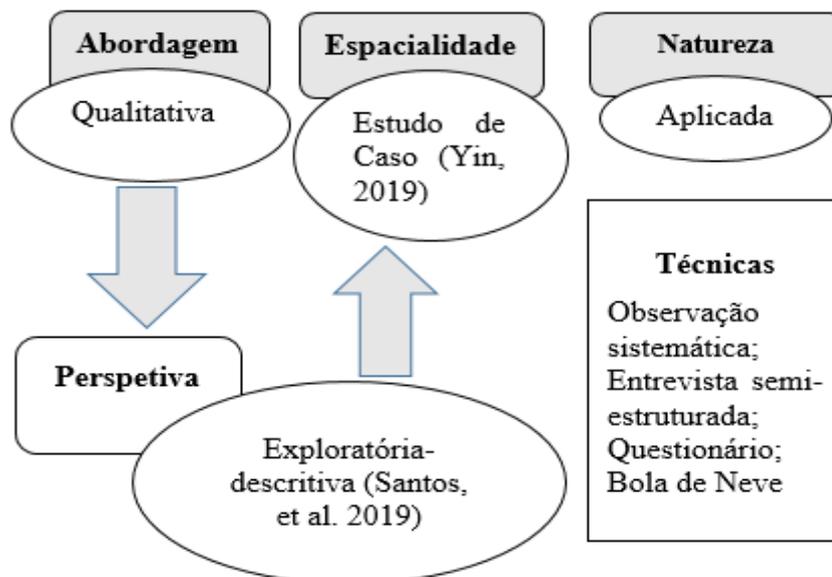
Para este estudo, a seguinte definição é a que mais se adequa ao problema exposto: o capital social representa recursos que surgem de relacionamentos que podem chegar a um indivíduo ou ao coletivo. Estes ativos (recursos) podem ajudar os indivíduos a alcançar os seus próprios objetivos ou ajudar indivíduos do coletivo a trabalharem para o alcance de um mesmo objetivo.

O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência. Quando, por exemplo, agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários, que individualmente lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar geração de renda capital social é, antes de tudo, a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva. O capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região.

3. Material e Métodos

O esquema representa a síntese dos procedimentos metodológicos incluindo o tipo de pesquisa, abordagem, o lugar de estudo, a natureza e as técnicas de recolha dos dados.

Figura 1. Esquema de procedimentos metodológicos



Fonte: Autor (2024)

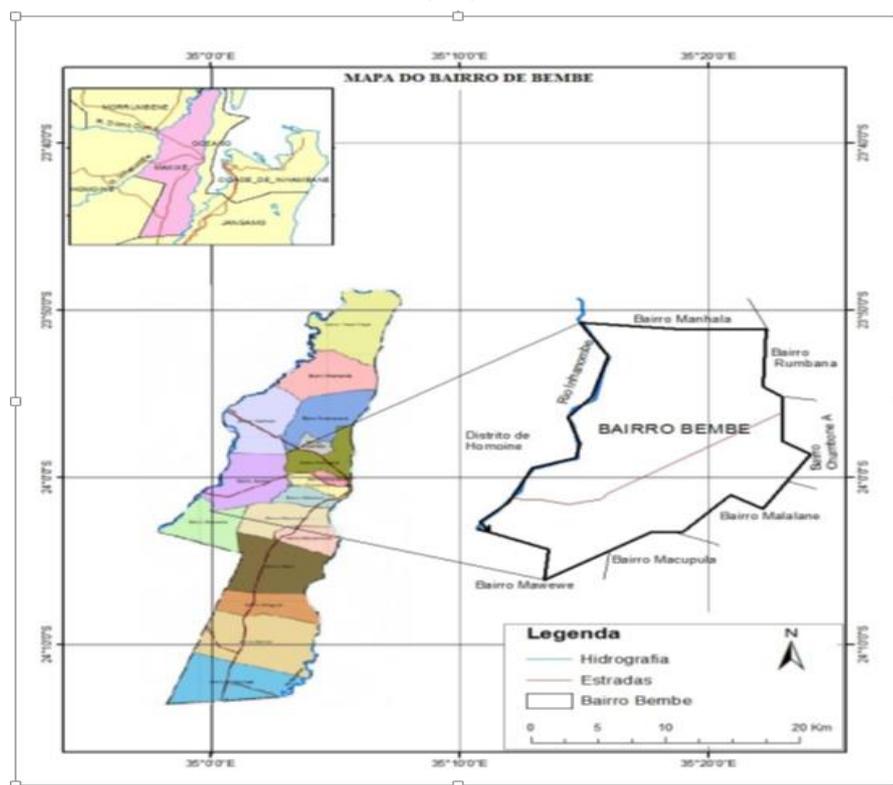
A comunidade de Bembe localiza-se geograficamente a Noroeste do Município de Maxixe na faixa costeira da Província de Inhambane, na região Sul de Moçambique, entre as coordenadas 23° 52” de Latitude Sul e 35° 21” de Longitude Leste e limita-se a Norte Bairro Habana; Sul Bairro Mawewe; Este Bairros Maquetela e Macupula e Oeste Rio Inhanombe.

Bembe é caracterizado por um clima tropical húmido. A temperatura média anual varia de 20,5 °C a 26,9 °C. A média máxima ocorre no mês de Janeiro e a mínima em Julho. A temperatura máxima média varia entre os 24,8 °C e 30,9 °C e a mínima média entre 15,7 °C e 22,8 °C. A precipitação média anual é de, aproximadamente, 965 mm.

A área de estudo faz parte de uma zona de planícies. Ao longo do litoral encontram-se áreas aplanadas com uma grande largura, assim como alguns pontos declivosos virados para a baía, onde os fenómenos de erosão são. Os solos de Maxixe são constituídos por areias finas de fertilidade e retenção de água baixa, surgindo, contudo, algumas áreas onde os solos são férteis. Para além de areias finas, existem áreas pantanosas, ao longo do Rio Nhanombe e no litoral a Sul do centro da cidade, constituídas por material muito fino (Abreus Consultores, 2003).

No que concerne à vegetação, a cidade é caracterizada pela existência de culturas como coqueiros, cajueiros, mangueiras, eucalipto e alguma vegetação rasteira, constituída por ervas e arbustos apenas no período de pousio.

Mapa 1. Localização geográfica da área de estudo.



Fonte: Autor, 2024

No município da Maxixe concretamente no Bairro de Bembe, passa o rio Inhanombe que separa a cidade da Maxixe do Distrito de Homoine, e que constitui o espaço físico geográfico em que a Associação 1º de Maio pratica a agricultura.

4. Resultados e Discussão

4.1. Criação da Associação 1º de Maio de Bembe

A Associação agrícola "1º de Maio" foi criada aquando das visitas realizadas pelos técnicos do SDAE à Comunidade de Bembe no ano de 2013, com objetivo de mobilizar os agricultores a organizar-se em associação para incrementar a produção agrícola. Dos encontros culminou com a criação da Associação de agricultores, no mês de Maio do mesmo ano (2013) tendo sido denominada de "1º de Maio".

No princípio a Associação agrícola "1º de Maio" era constituída por 53 membros, sendo que, por diversos motivos entre os quais se destacam: doenças crónicas, mudança de zonas de moradias, desejo de receber simplesmente os insumos agrícolas por parte do Conselho Municipal da Cidade de Maxixe (CMCM) e Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE) da Maxixe sem integrar na Associação, contribuíram bastante para a redução do número dos membros, principalmente este último, estando a contar atualmente com 19 membros há mais de três (3) anos, dos quais quinze (17) mulheres e dois (2) homens.

Outrossim, objetiva mediar conflitos para os quais venham a ser chamados ou a tomar conhecimento; incentivar o uso de sinalização adequada da área onde estão a desenvolver a atividade agrícola e estabelecer mecanismos diversificados de resolução de conflitos.

Em relação ao tempo em que os membros faziam parte da Associação agrícola "1º de Maio", 16 associados estiveram na sua criação em 2013, 2 membros desde 2016 e 1 desde 2020. A Associação agrícola "1º de Maio" foi criada para dinamizar o processo de produção agrícola, pois através dela torna-se fácil acesso às inovações das técnicas agrícolas e apoio em insumos agrícolas, ou seja, os agricultores organizados numa Associação com facilidade são capacitados em matéria de técnicas agrícolas.

A população da cidade da Maxixe é de 131 700 habitantes, sendo que 6 959 habitantes se distribuem pelo Bairro Bembe (INE, 2017). Em relação a idade, 2 possuem idades até 45 anos; 13 membros dos 46 a 65 anos e 4 associados têm entre 66 a 76 anos de idade. A Associação agrícola "1º de Maio" é assistida por uma extensionista do Serviço Distrital de Actividades Económicas da Maxixe.

Verifica-se a existência maioritariamente na Associação agrícola "1º de Maio" agricultores com idade adulta, evidenciando de certa forma mão-de-obra forte pensante para a produção agrícola, associada a um bom nível de responsabilidade. No que diz respeito ao nível de escolaridade, 3 indivíduos não frequentaram a escola e 16 frequentaram as primeiras classes do ensino primário do Sistema Nacional de Educação, embora não tenham terminado o ensino básico, devido a calamidades naturais, guerras, doenças, fome, sabendo ao mínimo assinar os seus nomes.

Convém salientar que a Associação funciona normalmente, no entanto, condicionada por vários fatores a destacar: dependência climática; falta de incentivo económico; falta de infraestrutura para o armazenamento dos produtos e meio de transporte para escoamento dos produtos aos mercados locais.

Para os agricultores, a integração na Associação Agrícola "1º de Maio" constitui uma fonte de rendimento que garante a sua subsistência. Portanto, eles estão conscientes das vantagens que o associativismo proporciona, visto que a associação garante o provimento de alimentação para os seus dependentes, assim como a capacidade económica e as formas de poupar dinheiro para financiar a educação dos seus filhos.

A Associação agrícola "1º de Maio" encontra-se em pleno exercício das suas atividades, sendo reconhecida pelo Governo e tem o Estatuto de Funcionamento. Do ponto de vista legal, cabe ao presidente desta organização representar a associação, bem como fazer a planificação e o monitoramento das atividades planificadas em diferentes frentes de trabalho. A Associação agrícola "1º de Maio" realiza poupança e crédito (GPC) que é uma ação complementar à atividade principal (agricultura) desenvolvida por este grupo de agricultores, não sendo a atividade central.

Segundo Allen & Staehle (2011) grupos de poupança e crédito referem o conjunto de pessoas que se reúnem por afinidade, vizinhança ou associativismo em atividades socioeconómicas para realizarem operações

de poupança, crédito e pagamento de juros associados ao crédito. A atividade financeira na Associação agrícola "1º de Maio" consiste em mobilizar poupança dos seus membros e, com base nesta poupança, conceder crédito sobre o qual são cobradas taxas de juro, gerando assim rendimentos que são redistribuídos pelos membros do grupo no final de um dado ciclo.

A Associação 1º de Maio tem a agricultura como atividade principal, praticada em um sistema de cultivo policultural, onde produz cereais com destaque para arroz e o milho e variedade de hortícolas (couve, cenoura, alface, repolho, tomate e pimento) (Vide o Quadro 1).

Quadro 1. Principais produtos agrícolas cultivados na Associação 1º de Maio

Designação	Características
Arroz (<i>Oryza sativa</i>)	O centro de origem do arroz é a Ásia, onde é cultivado há mais de 3 000 anos. A maior parte do arroz no mundo é produzida nos trópicos, porque o fator crítico que determina a sua produção parece ser a temperatura.
Milho (<i>Zea mays</i>)	Tem origem no continente americano, uma vez que é na América que se encontram os seus parentes mais próximos.
Tomate (<i>Solanum lycopersicum L.</i>)	O tomate tem sua origem na região da América do Sul. O tomateiro é uma planta herbácea; o sistema radicular é vigoroso e pode atingir 2 m de profundidade.
Pimento (<i>Piper nigrum</i>)	É originário da região tropical da América do Sul, e foi conhecido pelos povos da Europa e de outros continentes depois do desenvolvimento da América. A raiz principal do pimento é curta e bastante ramificada. O caule é cilíndrico, a sua parte inferior é lenhosa e ramifica-se de maneira dicotômica. O fruto é uma baga rica em pimentos de xantofila que dão cor ao pimento.
Cenoura (<i>Daucus carota</i>)	A cenoura é originária da Ásia, a planta possui um caule diminuto de onde saem várias folhas que atingem cerca de 50 cm de altura. O ciclo varia de 85 a 120 dias, dependendo da variedade e da época de plantio; a produtividade média varia entre 30.000 - 60.000 kg/ ha.
Alface (<i>Lactuca sativa L.</i>)	A alface é uma planta originária da região de clima temperado, entre o sul da Europa e a Ásia Ocidental. É uma planta herbácea que possui um pequeno caule a partir do qual as folhas tenras crescem ao redor. O ciclo da cultura varia de 60 a 80 dias, sendo normalmente cerca de 20 dias para produção de mudas e 40 a 60 em campo.
Repolho (<i>Brassica oleracea L. var. capitata</i>)	O repolho as suas folhas são arredondadas e cerosas, sendo as folhas centrais dispostas umas sobre as outras, formando uma cabeça compacta. A duração do ciclo do repolho varia entre 80 e 120 dias quando as cabeças se apresentam bem formadas e compactas.
Couve (<i>Brassica oleracea</i>)	Couve é uma cultura de estação seca, em áreas com clima temperado e pode ser semeada no verão.

Fonte: Autor, 2024

4.2. Caracterização do capital social para a gestão democrática

4.2.1. *Cooperação como factor fortalecedor dos associados*

A Associação agrícola “1º de Maio” constitui um espaço onde verifica-se a união dos agricultores em torno de necessidade em comum, e de discussão e troca de experiências, de planeamento, de avaliação das ações tomadas em conjunto.

“[...] vejo assim que é dessa forma, que nesta Associação, é o lugar onde as pessoas conseguem reunir uma força maior” (informação verbal)

“[...] na Associação, cada um tem espaço de apresentar a sua maneira de ver sobre as diferentes formas de produção” (informação verbal)

“[...] eu acho que a Associação trouxe muita coisa boa, o assunto do companheirismo, do trabalho em grupo, da produção, da valorização como agricultor” (informação verbal)

O associativismo é um modelo de economia solidária que procura maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o fator capital, e pode ser composto por associados, produtores autónomos que compram e vendem em conjunto. A Associação agrícola “1º de Maio” nas suas atividades contribui para fortalecer os laços de amizade e solidariedade; reunir esforços, reivindicar melhorias em suas comunidades; defender os interesses dos associados conforme as falas de alguns sujeitos sociais.

“[...] melhora a qualidade de vida, pois para além de produzirem os agricultores, ajudam na resolução de alguns problemas sociais. Igualmente, produz não só para sustento das famílias dos seus membros assim como para comercialização dos produtos agrícolas com vista a garantir a melhoria da produção ao nível da Associação 1º de Maio e fortalece os laços de amizade e solidariedade.” (informação verbal).

“[...] desenvolve os interesses coletivos e trabalho; participa no desenvolvimento da região” (informação verbal)

4.2.2. *Laços de confiança interpessoal e redes de cooperação*

No intervalo de cinco (5) em cinco (5) a Associação anos reúne-se para eleger a nova diretoria, tendo sido um homem presidente cessante e atualmente, é constituída por duas mulheres, sendo uma presidente e outra vice-presidente. A Associação “1º de Maio” para além de fornecer serviços financeiros, contempla uma dimensão social, que é analisada em duas perspetivas, nomeadamente: as relações sociais de ajuda mútua entre os membros e a existência de um fundo social.

Os encontros de poupança e crédito permitem desenvolver relações sociais de interajuda que possibilitam a emergência e fortificação de laços de afinidade e solidariedade entre os membros da Associação agrícola “1º de Maio”. Por exemplo, verificou-se que ocorrem contribuições eventuais fora da Associação 1º de Maio (entre os membros que têm uma certa afinidade no grupo) para casos de falecimento ou imprevistos como assaltos e/ou destruição de residência.

Corroborando com Durston (2003) a Associação "1º de Maio" dentro das estruturas sociais combina atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação, proporcionando maiores benefícios àqueles que o possuem em comparação com o que poderiam obter sem esse activo.

As obrigações contam com diferentes graus de reciprocidade, levando em conta o tempo e o motivo: como quando uma pessoa "A" faz algo para outra "B" e confia que "B" dê um retorno do favor no futuro, ou quando entre amigos "A" empresta o carro para "B" e "B" o devolve com o tanque de gasolina cheio, ou quando num senso de colegialidade "A" lê os escritos de "B" e vice-versa.

Um exemplo claro do valor que tem a lealdade do entorno social na Associação "1º de Maio" é através do Fundo Social, em que todos os membros contribuem ao fundo comum, alguns membros têm oportunidade de dispor do fundo primeiro, o qual requer que os outros membros acreditem que esse crédito será devolvido. Sem um alto nível de confiança entre os membros, a operação de poupança e crédito não existiria.

A solidariedade está presente também no processo dos agricultores, a partir da troca de experiências, com o convívio, com a presença em outros espaços de debate, de comercialização e de demonstrações técnicas conforme pode-se visualizar nas intervenções a seguir:

“[...] nós trocamos experiências, trocamos ideias, de como facilitar, principalmente nas técnicas de produção agrícola” (informação verbal).

“[...] através das reuniões de grupo e capacitações que a Associação tem tido, nos permite, saber as diferentes formas de semear, regar, como fazer os próprios insumos” (informação verbal).

Assim, há que reconhecer o papel que o espírito de interajuda representa no desenvolvimento das relações sociais e na vida dos membros do grupo, uma vez que estas relações se consolidam na oportunidade que os membros têm de partilhar diferentes problemas sociais que os afetam.

4.2.3 Envolvimento das mulheres para a gestão democrática

No quadro legal nacional, a Constituição da República de 1975 dava corpo à igualdade de género perante a lei, prescrevendo os princípios reguladores dos direitos, dos deveres e das relações entre homens e mulheres. Este princípio foi retomado e consolidado nas constituições de 1990, de 2004 e de 2018, concretamente nos artigos 67.º, 36.º, 36.º, respetivamente, que estipulam que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.

No mesmo contexto, a Lei da Família 10/2004, no seu artigo 3º e 4º, garante a proteção e igualdade de direitos e deveres de todos os membros da família e dos cônjuges entre si. Este princípio foi retomado na nova Lei da Família 22/2019 nos artigos 3º e 5º.

Na Associação agrícola "1º de Maio" verifica-se o envolvimento das mulheres da agremiação nos cargos de direção possibilitando uma acumulação de pequenos valores, o que lhes confere poder de decisão sobre onde e como utilizar o seu dinheiro. Além de garantir segurança e investimentos futuros em bens e serviços que garantem a sua autossuficiência, estas pequenas práticas de poupança e crédito fortalecem as pequenas redes de solidariedade entre as mulheres.

A pertença a este grupo confere às mulheres, a possibilidade de dar “voz” às suas dificuldades, além de que melhora a sua posição de produção e comercialização, bem como possibilita uma maior ação na resolução de problemas sociais ao nível da comunidade. A visibilidade social e o envolvimento feminino nos cargos de direção na Associação agrícola "1º de Maio" demonstram formas de organização coletiva e divisão do trabalho. Com o associativismo agrícola as mulheres ganharam liberdade e autonomia por meio da profissionalização adquirida com as capacitações promovidas pelo SDAE da Maxixe. A ajuda mútua na troca de informações e

procedimentos entre os associados faz com que a aprendizagem adquirida, os submeta a ter um melhor aproveitamento do espaço, havendo mais domínio nas técnicas do processo produtivo e, por consequência, uma produção em maior qualidade e quantidade.

Concordando com Reis (2003) o capital social na Associação agrícola "1º de Maio" o capital social é produtivo que possibilita a realização de objetivos que seriam inalcançáveis, se ele não existisse.

De um modo mais alargado, pode-se afirmar que o capital social é um recurso fundamental que apoia a construção de um sistema produtivo ambientalmente viável e contribuir para o bem-estar social (saúde, educação, segurança pública, aprendizagem social, inovação tecnológica e justiça social) através da formação de redes sociais que possam expandir a cooperação e o nível de cooperação, num plano onde a economia se aproxima da ética. Concordando com os Objectivos de Desenvolvimento sustentável (ODS), no seu número cinco (5), a Associação agrícola "1º de Maio" busca alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas nos diferentes cargos de chefia, principalmente na diretoria

Igualmente, constatou também que os membros da Associação agrícola "1º de Maio" estabelecem ligações com pessoas não associadas, e que às vezes estas são solicitadas pela Associação para prestar serviços remunerados em produtos alimentares.

4.2.4. A coletividade como valor regional

Na Associação agrícola "1º de Maio" dos vários aspectos que caracterizam o grupo, foram identificadas algumas falhas e dificuldades, mas que ficou evidenciada maior proporção de benefícios resultantes da ação coletiva. O capital social modifica a ideia convencional de capital, na medida em que amplia o alcance do ator social. O indivíduo deixa de ser considerado isoladamente e interage com a sociedade. Os primeiros benefícios identificados foram os decorrentes do próprio processo de crescimento e fortalecimento do grupo. Esses benefícios, que também podem ser considerados como benefícios iniciais da ação coletiva, são exclusivamente à realização do trabalho conjunto. O sentimento gerado no agricultor, resultante das ações coletivas, favorece também um sentimento de orgulho e pertencimento do local, incentivando-o a permanecer na Associação agrícola "1º de Maio". Percebe-se que este posicionamento é também repassado aos membros da família, o que gera um estímulo à permanência na atividade agrícola.

Importa destacar que a Associação agrícola "1º de Maio" trouxe a possibilidade de desenvolvimento local através de alguns indicadores: trabalho conjunto, elevação da autoestima, respeito entre os agricultores e valorização das diversas ideias dos associados.

Sendo a Associação agrícola "1º de Maio" uma entidade coletiva, os seus membros são capazes de desenvolver relações sociais de proximidade, afinidade, solidariedade e familiaridades alicerçadas nos pressupostos de interdependência e da ajuda mútua. A confiança desenvolvida entre os membros da Associação lhes permite obter vantagens sendo elas simbólicas, sociais e económicas.

5. Conclusão

Na Associação agrícola "1º de Maio" o capital social caracteriza-se pela existência da solidariedade, a partir da troca de experiências, relações sociais de proximidade, afinidade, e familiaridade alicerçadas nos pressupostos de interdependência e da ajuda mútua. A confiança desenvolvida entre os membros da Associação permite-lhes obter vantagens sendo elas simbólicas, sociais e económicas.

O espírito de interajuda no desenvolvimento das relações sociais e na vida dos membros do grupo, se consolida na oportunidade que os membros têm de partilhar diferentes problemas sociais que os afetam e fortalece os laços de amizade e solidariedade. Os encontros de poupança e crédito permitem desenvolver relações sociais de inter-ajuda que possibilitam a emergência e fortificação de laços de afinidade e solidariedade entre os membros.

Na Associação 1º de Maio, verifica-se o envolvimento das mulheres da Associação 1º de Maio nos cargos de direção possibilitando uma acumulação de pequenos valores, o que lhes confere poder de decisão sobre onde e como utilizar o seu dinheiro.

Além de garantir segurança e investimentos futuros em bens e serviços que garantem a sua autossuficiência, estas pequenas práticas de poupança e crédito fortalecem as pequenas redes de solidariedade entre as mulheres.

A pertença a este grupo confere às mulheres, a possibilidade de dar “voz” às suas dificuldades, além de que melhora a sua posição de produção e comercialização, bem como possibilita uma maior ação na resolução de problemas sociais ao nível da comunidade.

A visibilidade social e o envolvimento feminino nos cargos de direção na Associação 1º de Maio demonstram formas de organização coletiva e divisão do trabalho. Com o associativismo agrícola as mulheres ganharam liberdade e autonomia por meio da profissionalização adquirida com as capacitações promovidas pelo SDAE da Maxixe.

6. Agradecimentos

Na longa caminhada, obstáculos intransponíveis apareceram para impedir o meu êxito, esta hora, os meus sonhos pareciam cair por terra, a dúvida preponderava sobre os meus planos. A minha força esvaía-se e o medo apoderava-se de todo o meu ser, sabia que através dos meus próprios esforços não iria em frente, somente um ser especial poderia suprir de toda essência capaz de me fazer vencer. Senhor Deus, razão única de nossa existência, sabedoria e ciência de onde provém toda e qualquer justiça, agradeço pelo sucesso.

À minha família, Esperança (esposa), Witness (filho), mãe Alexandrina Manuel, irmãos Vânia, Eunésio, Ivódia, Décio, Lucília, Macário, Tavinho e Calucha pelo apoio incondicional e incansável, suporte sentimental, moral e material que foram determinantes para a minha formação como homem e na minha carreira estudantil.

À Direção da Revista Brasileira de Meio Ambiente que se revela plataforma digital fundamental para a publicação de trabalhos científicos.

Ao Serviço Distrital das Actividades Económicas da Maxixe (SDAE), particularmente a extensionista (assistente da Associação 1º de Maio de Bembe) Eng. Benolva João Nhacale Abrão e a Associação agrícola "1º de Maio" de Bembe, que me acolheram para prestar ajuda, partilha de momentos que corporizaram a pesquisa. Também, pelos muitos ensinamentos, conversas e reflexões que me proporcionaram.

7. Referências

Allen, H. & Staehle, M. (2011). **Associações Comunitárias de Poupança e Empréstimo (ACPE)**. Guião de Formação do Agente Comunitário. VSL Associates.

Banco Mundial. (2003). **Questionário Integrado para Medir Capital Social. Grupo Temático sobre Capital Social**.

Bourdieu, P. (2001). **Le capital social: notes provisoires**. 3ª ed Petrópolis: Vozes.

_____. (2003). **Escritos de Educação**. 5o edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

Chivambo, Borges. (2020). **Mecanismos para o fortalecimento das associações no contexto da mineração artesanal**. Medicus Mundi e Centro Terra Viva: Pemba (Cabo Delgado).

- Coleman, James S. (2000). **Social capital in the creation of human capital**. In: Eric Lesser (ed.), Knowledge and Social Capital, Boston: Butterworth & Heinemann. 2000. Foundations of Social Theory. Cambridge: Harvard University.
- Conselho Municipal da Cidade de Maxixe - CMCM. (2008). **Plano Municipal de Gestão Ambiental**. Maxixe.
- Durston, John. (2003). **Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la RSP persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe**. In: ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo (comp.) Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile, CEPAL.
- Fukuyama, Francis. (2001). **A grande ruptura: a natureza humana e a reconstrução da ordem social**. Rio de Janeiro.
- Instituto Nacional de Estatística - INE. (2017). **IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017**, Maputo.
- Lei nº 8/91, de 18 de Julho, **Regula o direito à livre associação**.
- Libombo, S. E. et al. (2017). **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**.
- Moçambique (1975). (1990). **Constituição da República**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- _____. (2004). **Constituição da República**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- _____. (2018). **Constituição da República**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Nanthapa, C. & Bata, E. (2020). **O associativismo agrícola como estratégia para o desenvolvimento comunitário: uma análise da Associação dos camponeses 16 de junho de Mpaco, Nacala-Porto, Moçambique**. Campo-Território: revista de geografia agrária.
- Reis, Bruno Pinheiro W. (2003). **Capital social e confiança: questões de teoria e método**. Revista de Sociologia Política, no 21, Curitiba.
- Rocha & Zavale. (2005). **O Desenvolvimento do Poder Local em África: O caso dos municípios em Moçambique**. Cadernos de Estudos Africanos.
- Santos, A. et al. (2019). **Fontes, Métodos e abordagens nas ciências humanas. Paradigmas e perspectivas contemporâneas**. Basicbooks, Pelotas.
- Sitoi, Deizi Cristina Mata dos Santos. (2013). **As Relações de Género e Participação nas Atividades da Associação: estudo de caso da união de camponeses de Marracuene**. Maputo.
- Yin, R. K. (2019). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 5ª Edição. Porto Alegre: Bookman.